



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MSP - POLÍCIA FEDERAL  
SERVIÇO DE CANIL CENTRAL - SECAN/DIREN/CGPRE/DICOR/PF

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 9216659/2018-SECAN/DIREN/CGPRE/DICOR/PF

Processo nº 08200.019897/2018-38

### 1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviço contínuo de agenciamento de transporte aéreo de carga viva (cães) em âmbito nacional, no sistema “porta a porta”, atuando como agenciador de transporte junto às companhias aéreas, sem dedicação exclusiva de mão de obra, objetivando atender ao Serviço de Canil Central (SECAN) da Polícia Federal, mediante procedimento licitatório, modalidade Pregão Eletrônico, do tipo MENOR VALOR GLOBAL, tendo como critério de julgamento Menor Preço Por Lote, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no quadro 01 e demais disposições contidas neste instrumento;

Quadro 1: quantidade de trechos aéreos estimados a contratar, valores estimados para transporte de 01 (um) cão, por trecho, e valor global máximo para a contratação.

	Item	Descrição do objeto	Quantidade de trechos estimados	Valor estimado para o período de 12 meses (R\$)	Valor Total (R\$)	Objeto de disputa
Grupo 1	1	Prestação dos serviços de agenciador de Transporte Aéreo de Carga Viva (AVI) em âmbito nacional, no sistema “porta a porta”, de acordo com as especificações e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.	63	1.930,50	121.621,50	Sim
	2	Estimativa das tarifas e taxas nacionais das Companhias Aéreas.  Obs: este item não será objeto da disputa, devendo ser registrado	63	2.080,20	131.052,52	Não

		na fase de lances o valor estimado nesta Tabela.				
Valor Global Máximo					252.674,10	

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de transporte aéreo de carga viva (cães) em âmbito nacional, no sistema “porta a porta”, atuando como agenciador de transporte junto às companhias aéreas, sem dedicação exclusiva de mão de obra, objetivando atender ao Serviço de Canil Central (SECAN) da Polícia Federal

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados no quadro acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a remuneração por transporte de 01 (um) cão, por trecho aéreo percorrido, conforme estabelecido no quadro 1 e demais termos deste Termo de Referência.

1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

1.6. Este procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo MENOR VALOR GLOBAL, tendo como critério de julgamento Menor Preço Por Lote, ocorre devido aos seguintes motivos:

1.6.1. a licitação será dividida em 02 (dois) itens que formam 01 (um) único grupo, tendo em vista que esses itens possuem a mesma natureza, são interdependentes entre si e compõem 01 (uma) unidade do serviço a ser prestado;

1.6.2. o item 02, que trata das tarifas relativas ao transporte aéreo, não pode ser contratado separadamente, tendo em vista a impossibilidade de contratação direta da Polícia Federal com as companhias aéreas;

1.6.3. Para participação do certame as empresas licitantes deverão apresentar proposta para o item 01, que equivale aos serviços de agenciamento, coleta e entrega da carga viva, não sendo admitido, porém, valor superior ao estimado no quadro 01 acima, sob pena de desclassificação da proposta;

1.6.4. O VALOR TOTAL DA PROPOSTA, no entanto, será a soma dos valores totais dos itens 01 e 02, o que equivale ao VALOR TOTAL DO GRUPO;

1.6.5. A empresa licitante que apresentar MENOR VALOR GLOBAL será vencedora do certame;

1.6.6. A metodologia utilizada para se estimar o número de trechos aéreos e os valores para os itens 1 e 2 está descrita no documento “Estudos preliminares” (SEI 9216207).

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico dos Estudos Preliminares (SEI 9216207), mormente no tópico 3º, denominado "diretrizes específicas".

2.1.1. Em resumo, a contratação dos serviços nas quantidades e especificações apresentadas nos estudos preliminares visa a atender à demanda relativa aos deslocamentos aéreos dos cães que se encontram lotados no Serviço de Canil Central da PF (SECAN) e, eventualmente, aqueles pertencentes às Unidades Descentralizadas da Polícia Federal quando em missões conjuntas do interesse do SECAN. Esses deslocamentos englobam, por exemplo, missões policiais relacionadas às atividades de prevenção e repressão a drogas e explosivos, varreduras em locais que recebem eventos com autoridades, além de transporte de cães do SECAN que atuarão em outras Unidades Descentralizadas da PF de forma permanente.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme previsto nos Estudos Preliminares, está no tópico 3º (diretrizes específicas). Trata-se de contratação empresa especializada na prestação de serviço contínuo de agenciamento de transporte aéreo de carga viva (cães) em âmbito nacional, no sistema “porta a porta”, atuando como agenciador de transporte junto às companhias aéreas, sem dedicação exclusiva de mão de obra, objetivando atender a demanda do Serviço de Canil Central da Polícia Federal. A licitação será realizada em grupo, formado por dois itens, conforme quadro 01.

### 4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

### 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. O serviço a ser executado, contratação de empresa especializada na prestação de serviço contínuo de agenciamento de transporte aéreo de carga viva (cães) em âmbito nacional, no sistema “porta a porta”, atuando como agenciador de transporte junto às companhias aéreas, sem dedicação exclusiva de mão de obra, sugere a apresentação de um grupo com dois itens interdependentes, que deverão ser adquiridos em conjunto. Trata-se de modelo utilizado em contratação anterior da Polícia Federal (Contrato 48/2015, processo 08058.000154/2014-51) e pela Polícia Rodoviária Federal (pregão 2/2018, processo administrativo 08650.005447/2017-89).

5.1.2. A empresa deverá comprovar sua capacidade técnica e especialização por meio da apresentação dos comprovantes e documentos conforme prevê a legislação.

5.1.3. O quadro 01 sugere a quantidade de trechos a contratar, o valor máximo admitido para o item 01 e o valor estimado para o item 02, com transporte de 01 (um) cão por trecho.

5.1.4. Os serviços deverão ser executados em conformidade com a IN SERGS/MP nº 02/2017 e suas atualizações, por tratar-se de serviços continuados, assim como, de acordo com as demais legislações correlatas vigentes.

5.1.5. Deverão ser observadas ainda todas as seguintes normas:

1. Normas e especificações constantes deste Termo de Referência.
2. Instrução Normativa nº 18, de 18 de julho de 2006, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
3. Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional 19 de janeiro de 2010.
4. Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.
5. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e suas alterações.
6. Normas da INFRAERO relativas ao transporte de animais vivos, bem como, as das companhias aéreas e as regulamentações da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e outras aplicáveis ao objeto deste termos.

5.1.6. A execução dos serviços será iniciada a partir da vigência do Contrato, de acordo com as necessidades do SECAN, mediante requisição denominada “Ordem de Serviço”.

5.1.7. Os transportes poderão ser realizados em toda as cidades que possuem aeroportos e companhias aéreas habilitadas operando com transporte de carga viva no âmbito do território nacional.

5.1.8. As origens e os destinos das cargas em âmbito nacional poderão ser as capitais brasileiras onde estão localizadas as Superintendências da Polícia Federal, ou cidades que abrigam as Delegacias descentralizadas da Polícia Federal, podendo, eventualmente, em caso de necessidade de serviço, serem solicitadas coletas ou entregas em destino diferente dos relacionados, desde que seja observado o item anterior.

5.1.9. Os serviços deverão ser solicitados preferencialmente nos dias úteis e em horário comercial, podendo, em casos excepcionais, serem requisitados transportes em finais de semana, feriados e após o horário comercial, sem ônus adicionais para o Contratante.

5.1.10. A empresa deverá observar o art. 6º da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2010 – SLTI/MPOG, referente à sustentabilidade ambiental.

5.1.11. A comprovação do disposto acima poderá ser feita mediante apresentação de declaração da empresa, assinalando que cumpre os critérios ambientais exigidos. A Contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação quanto às exigências.

5.1.12. O descumprimento de normas ambientais constatadas durante a execução do Contrato será comunicado pela Polícia Federal ao órgão de fiscalização do Município, do Estado ou da União.

5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.3. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste TR.

## 6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO.

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços.

6.2. Caso haja interesse dos licitantes na realização da vistoria, a mesma deverá ser acompanhada por servidor do Canil Central, designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 14:00 (quatorze) às 17:00 (dezessete) horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (61) 2024-9215;

6.3. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.4. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

6.5. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.6. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

## 7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução dos serviços será iniciada a partir da vigência do Contrato, de acordo com as necessidades do SECAN, mediante requisição denominada “Ordem de Serviço”;

7.2. Os transportes poderão ser realizados em toda as cidades que possuem aeroportos e companhias aéreas habilitadas operando com transporte de carga viva no âmbito do território nacional;

7.3. As origens e os destinos das cargas em âmbito nacional poderão ser as capitais brasileiras onde estão localizadas as Superintendências da Polícia Federal, ou cidades que abrigam as Delegacias descentralizadas da Polícia Federal, podendo, eventualmente, em caso de necessidade de serviço, serem solicitadas coletas ou entregas em destino diferente dos relacionados, desde que seja observado o item anterior;

7.4. Os serviços deverão ser solicitados preferencialmente nos dias úteis e em horário comercial, podendo, em casos excepcionais, serem requisitados transportes em finais de semana, feriados e após o horário comercial, sem ônus adicionais para o Contratante.

7.5. Os serviços compreendem as atividades de reserva, marcação, remarcação, desdobramento, substituição, cancelamento, coleta, entrega, acompanhamento e desembarço dos procedimentos relativos ao embarque e desembarque nas companhias aéreas, ou quaisquer outros atos necessários aos processos de transporte aéreo dos cães de trabalho da PF;

7.6. O serviço será prestado de acordo com as necessidades do Canil Central, mediante requisição denominada “Ordem de Serviço”, conforme modelo em anexo (ANEXO 1 - SEI 9216396), enviada via fax ou mensagem eletrônica, emitida por servidor devidamente designado pela chefia do SECAN, podendo, em casos excepcionais de urgência, as solicitações serem realizadas via telefone ou qualquer outro meio de comunicação hábil;

7.7. A quantidade estimada de trechos aéreos, durante a vigência do Contrato, conforme o quadro 1, é de 63 (sessenta e três), com o transporte de 01 (um) cão por trecho, podendo ser utilizada uma quantidade menor ou maior de trechos, de acordo com demandas da Administração, desde que não ultrapassado o valor do contrato;

7.8. Nos casos de urgência citados no item anterior, as ordens de serviço serão encaminhadas posteriormente a Contratada, tão logo seja possível;

7.9. O SECAN fornecerá à Contratada todas as informações essenciais à execução do serviço, tais como: nome e características físicas do cão, origem e destino da carga, data do transporte, valor da carga para fins de seguro, peso da carga, dimensões e peso da caixa de transporte, endereços de origem e destino, dados do remetente e destinatário, telefones e e-mails para contato, ou quaisquer outras que se fizerem necessárias à perfeita execução dos serviços;

7.10. As solicitações de transporte por parte do Contratante deverão ser realizadas com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis;

7.11. Excepcionalmente, em casos emergenciais, poderão ser solicitados transportes com antecedência inferior ao item supracitado, devendo a Contratada envidar todos os esforços para atendimento do pleito no menor tempo possível, sem ônus adicional para o Contratante;

- 7.12. Após o recebimento da Ordem de Serviço, a Contratada deverá apresentar as opções de reserva em um prazo de até 24 (vinte e quatro) horas;
- 7.13. Havendo motivos que impossibilitam a reserva do transporte na data solicitada, a Contratada deverá cientificar a Contratante no mesmo prazo definido no item anterior, para agendamento de nova data;
- 7.14. A Contratada deverá apresentar, no mínimo, 03 (três) opções de reservas para o trecho solicitado, todas de companhias aéreas distintas, desde que possível comercialmente, para análise e escolha da reserva que melhor se adequa a necessidade do Contratante em função da missão a ser realizada, assim como, da diminuição do desconforto e estresse do animal;
- 7.15. Nos casos em que não houver, pelo menos, 03 (três) companhias aéreas atuando no trecho solicitado, a Contratada deverá fazer constar tal informação por escrito no momento da apresentação das opções de reserva;
- 7.16. A Contratada, no momento da pesquisa das opções de reserva, deverá sempre buscar o melhor custo-benefício para o Contratante, priorizando, sempre que possível, que o transporte seja realizado nos dias úteis, no horário comercial, com o menor número de escalas e conexões possíveis, minimizando ao máximo o tempo de confinamento na caixa de transporte;
- 7.17. A Contratada deverá prover o Contratante de todas as informações e orientações acerca das opções de reserva apresentadas, informando os melhores roteiros possíveis, os horários de partida e chegada dos voos, a duração dos voos, a ocorrência de conexões ou escalas, os locais e o tempo de permanência no solo nos casos de ocorrência de conexões ou escalas, objetivando sempre o cumprimento da missão planejada com o menor desgaste possível ao animal;
- 7.18. No momento da apresentação das opções de reserva, a Contratada deverá informar o valor total de cada reserva, incluindo além das tarifas e taxas cobradas pelas companhias aéreas, o valor do seguro, os valores relativos à coleta e entrega, juntamente com as demais despesas incidentes na execução do Contrato;
- 7.19. Logo após a definição da opção de reserva por parte do Contratante, a Contratada deverá providenciar a imediata confirmação da reserva junto à companhia aérea, devendo repassar ao Contratante a informação relativa à confirmação, em um prazo não inferior a 24 (vinte e quatro) horas antes do horário do voo;
- 7.20. Junto com a confirmação da reserva, a Contratada deverá informar ao Contratante todos os dados relativos ao transporte, tais como: a companhia aérea, o horário de coleta do animal no local de origem, os horários de partida e chegada dos voos, a duração dos voos, os locais e o tempo de permanência no solo nos casos de existência de conexões ou escalas, o valor total do transporte, o horário previsto de chegada do animal no local de destino, considerando o tempo de deslocamento da entrega, e quaisquer outros que julgar necessários;
- 7.21. No caso de cancelamento ou substituição do transporte por necessidade do Contratante não poderão ser cobrados custos adicionais por parte da Contratada;
- 7.22. A Contratada deverá realizar a coleta do animal no local de origem em tempo hábil para cumprimento do prazo de apresentação no balcão da companhia aérea, de acordo com a exigência da mesma, não sendo permitida a coleta com antecedência superior à necessária, em função da utilização conjunta do transporte do animal juntamente com outros tipos de cargas;
- 7.23. Considerando que o prazo de apresentação do animal no balcão da companhia aérea é de aproximadamente 03 (três) horas antes do horário do voo, para coleta do animal deverá ser acrescido apenas o tempo de deslocamento do local de origem até o terminal de carga do aeroporto, tempo esse, variável, dependendo da distância e das condições de tráfego local.
- 7.24. A carga viva será entregue pelo Contratante, ou por pessoa por este designada, ao representante da Contratada no momento da coleta do animal no local de origem, devidamente acondicionada em caixa de transporte, devendo a Contratada ser responsável pelo lacre e travamento da caixa no momento da coleta e do embarque;

7.25. No ato da coleta e da entrega da carga viva, os funcionários da Contratada deverão estar devidamente uniformizados, portando documento válido de identificação pessoal, bem como, crachá de identificação da empresa;

7.26. A Contratada deverá utilizar um veículo com climatização adequada ao transporte dos animais nos momentos de coleta e entrega, garantindo o deslocamento dos animais com conforto e segurança;

7.27. A contratada deverá garantir que o veículo que realizará a coleta e a entrega não deve possuir no compartimento de carga janelas ou outras saídas que possibilitem fuga do animal durante o transporte;

7.28. A Contratada deverá garantir, no momento do lacre da caixa de transporte, que os lacres sejam apertados ao máximo possível, evitando folgas que permitam ao animal morder e arrancar o lacre por dentro da caixa de transporte;

7.29. Imediatamente após o embarque do cão, a Contratada deverá entrar em contato com o Contratante, repassando o número do Conhecimento de Transporte Eletrônico ou outro documento válido pertinente, confirmando o embarque do animal e o horário de decolagem do voo, informando todas as ocorrências que por ventura possam ter ocorrido nos processos de coleta e embarque e que possam interferir no horário previamente acertado de chegada do animal no local de destino;

7.30. Ocorrendo qualquer fato imprevisto durante o voo ou durante o deslocamento do aeroporto ao local de destino, que possa interferir no horário de chegada do animal, a Contratada deverá informar ao Contratante, tão logo tome conhecimento dos fatos, para que sejam repassadas pelo Canil Central as providências possíveis a serem tomadas em relação ao animal;

7.31. Imediatamente após o desembarque e liberação da carga por parte da companhia aérea, a Contratada deverá iniciar o deslocamento para o local de destino, de forma que o animal fique o menor tempo possível nas dependências do aeroporto ou da Contratada, não sendo admitida a espera de desembarque de outras cargas para utilização conjunta do veículo que realizará o deslocamento para entrega do animal;

7.32. Após a entrega será observado o estado de saúde do animal e caso seja observada alguma alteração física ou clínica, a Contratada será imediatamente comunicada para providências relativas ao saneamento do problema constatado;

7.33. A Contratada deverá arcar com todos os custos relacionados à assistência veterinária em caso de lesão ao animal decorrente de falha na prestação do serviço;

7.34. Para execução do objeto a empresa Contratada deverá possuir capacidade operacional adequada para gerenciamento do Contrato e execução do objeto.

7.35. Será admitida a subcontratação parcial do objeto, apenas para os serviços de embarque, desembarque, coleta e entrega do animal nos locais onde a Contratada não possua sede, filial ou escritório, devendo a empresa subcontratada atender a todas as exigências e especificações definidas neste instrumento;

7.35.1. As microempresas e/ou empresas de pequeno porte a serem subcontratadas serão indicadas e qualificadas pela licitante melhor classificada juntamente com a descrição dos bens e/ou serviços a serem por elas fornecidos e seus respectivos valores, no caso da hipótese prevista no artigo 48, II, da LC 123/2006.

7.35.2. A subcontratação não prejudicará a responsabilidade legal e contratual da Contratada;

7.35.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como, responder perante ao Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

## 8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:

8.1. A fiscalização do contrato e o atesto das notas fiscais/faturas serão realizados pelos servidores do Serviço de Canil Central (SECAN). Demais atos de gestão do contrato, tais como, pagamentos, são de competência dos servidores da Coordenação de Administração – COAD/DLOG/PF.

8.2. A execução dos serviços será iniciada a partir da vigência do Contrato, de acordo com as necessidades do SECAN, mediante requisição denominada “Ordem de Serviço”.

8.3. Caberá à Contratada:

8.3.1. manter funcionários disponíveis diariamente para atendimento do Contratante, no período das 08 (oito) às 18 (dezoito) horas, via telefone fixo, celular, rádio, email, fax ou qualquer outro meio de comunicação possível, garantido o contato do Contratante sempre que necessário;

8.3.2. manter funcionários e meios de comunicação disponíveis para atendimento do Contratante nos dias não úteis e fora do expediente de trabalho, incluindo os feriados, para atendimento das demandas excepcionais e emergenciais;

8.3.3. informar imediatamente ao Contratante sempre que houver qualquer alteração dos meios de comunicação disponibilizados;

8.4. A remuneração dos serviços se dará pelo pagamento dos serviços efetivamente prestados, ou seja, pelo número de trechos aéreos realizados, com o transporte de 01(um) cão por trecho.

8.4.1. Desse modo, em um transporte de 01 (um) cão, o valor total da fatura será dado pela soma dos itens 1 e 2:

8.4.1.1. item 1: Prestação dos serviços de agenciador de Transporte Aéreo de Carga Viva (AVI) em âmbito nacional, no sistema “porta a porta”, de acordo com as especificações e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência. Trata-se da coleta e da entrega da carga ao destino determinado pela Contratante.

8.4.1.2. item 2: Estimativa das tarifas e taxas nacionais das Companhias Aéreas. Trata-se do valor do transporte aéreo, juntamente com as taxas envolvidas no transporte da carga.

8.5. Em relação ao item 2, a Contratada, ao providenciar as reservas, buscará o melhor custo-benefício para o Contratante, priorizando, sempre que possível, que o transporte do cão seja realizado nos dias úteis, no horário comercial, com o menor número de escalas e conexões possíveis, minimizando ao máximo o tempo de confinamento na caixa de transporte.

8.6. O pagamento será efetuado pelo Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação das Notas Fiscais/Faturas, em 02 (duas) vias, contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado;

8.7. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados;

## 9. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

9.1. A carga viva a ser transportada deverá ser segurada pela Contratada, conforme previsto no artigo 10 do Decreto nº 61.867/67, tanto no transporte realizado por via aérea, quanto no transporte realizado por via terrestre, considerando para efeitos de seguro o valor da carga de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) por animal;

9.2. O valor unitário da carga estimado no item anterior levou em consideração o custo de aquisição de filhotes e o valor agregado com treinamento especializado para farejo de drogas e de explosivos.

9.3. A Contratada deverá apresentar a homologação do seguro para cada transporte realizado, juntamente com a documentação anexa ao faturamento mensal;



9.4. Os cães da PF são animais de grande porte, com peso variando entre 20 e 41 kg (vinte e quarenta e um quilos), e serão transportados em caixas de transporte com dimensões aproximadas de 69 cm (sessenta e nove centímetros) de largura, 102 cm (cento e dois centímetros) de comprimento e 75 cm (setenta e cinco centímetros) de altura, pesando em torno de 11 kg (onze quilos);

9.5. O peso total do animal com a caixa de transporte (peso real) ficará em torno de 31 a 52 kg (trinta e um a cinquenta e dois quilos) e o peso cubado, em função do tamanho da caixa, ficará em torno de 88 kg (oitenta e oito quilos);

9.6. Eventualmente a carga viva poderá ser transportada em caixa de transporte com dimensões diferentes das apresentadas acima, sem custos adicionais para o Contratante relativos às taxas de coleta e entrega;

9.7. A Contratada será responsável por todas as despesas inerentes à execução do Contrato, incluindo todas as tarifas e taxas das companhias aéreas, o seguro da carga, as taxas de coleta e entrega da carga, assim como, quaisquer outros tipos de despesa indispensável à execução do objeto deste Termo;

9.8. A PF repassará integralmente à Contratada as tarifas e taxas das companhias aéreas, de acordo com a apresentação de cópia do Conhecimento de Transporte Eletrônico ou de outro documento válido de comprovação dos valores cobrados, apresentado pela Contratada juntamente com a apresentação da Nota Fiscal/Fatura.

## 10. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2. Designar um servidor na forma prevista na Lei nº 8.666/93 especialmente para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, indicando dia, mês e ano, bem como, o nome dos empregados eventualmente envolvidos, sendo que as decisões e providências que ultrapassarem sua competência deverão ser solicitadas a autoridade superior, em tempo hábil, para adoção das imediatas medidas saneadoras;

10.3. Notificar a Contratada, por escrito, sobre ocorrências de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

10.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

10.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

10.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

10.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

10.6.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

10.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

10.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

10.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

10.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

10.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

## 11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

11.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

11.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

11.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

11.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

11.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

- 11.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 11.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 11.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 11.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 11.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 11.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 11.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 11.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 11.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 11.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 11.22. Comprovar, ao longo da vigência contratual, a regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte subcontratadas no decorrer da execução do contrato, quando se tratar da subcontratação prevista no artigo 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006.
- 11.23. Substituir a empresa subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.
- 11.24. Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.
- 11.25. Atender as solicitações do Contratante nos prazos estipulados neste Termo, inclusive em dias não úteis e fora do expediente de trabalho;
- 11.26. Justificar por escrito, explicitando os motivos, sempre que não for possível o cumprimento dos prazos estipulados neste Termo, sob pena de aplicação das sanções contratuais previstas;

- 11.27. Manter funcionários disponíveis diariamente para atendimento do Contratante, no período das 08 (oito) às 18 (dezoito) horas, via telefone fixo, celular, rádio, email, fax ou qualquer outro meio de comunicação possível, garantido o contato do Contratante sempre que necessário;
- 11.28. Manter funcionários e meios de comunicação disponíveis para atendimento do Contratante nos dias não úteis e fora do expediente de trabalho, incluindo os feriados, para atendimento das demandas excepcionais e emergenciais;
- 11.29. Informar imediatamente ao Contratante sempre que houver qualquer alteração dos meios de comunicação disponibilizados;
- 11.30. Fornecer as tabelas tarifárias vigentes das companhias aéreas, homologadas pelos órgãos regulamentares, mantendo o Contratante informado sempre que houver alguma alteração de valores, para fins de controle sob o faturamento;
- 11.31. Prestar assessoramento para escolha da melhor opção de reserva, analisando juntamente com o Contratante o voo mais viável para o cumprimento da missão;
- 11.32. Providenciar as alterações, os cancelamentos e/ou substituições das reservas, quando solicitadas pelo Contratante, sem cobrança de ônus adicional;
- 11.33. Responder por todos os custos relativos ao objeto do Contrato, tais como fretes, taxas, encargos, impostos, seguros, obrigações trabalhistas e previdenciárias em relação aos seus empregados e demais despesas incidentes direta ou indiretamente decorrentes da execução do Contrato;
- 11.34. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando em decorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados ou terceiros no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências do Contratante;
- 11.35. Homologar o seguro de cada transporte a ser realizado, considerando os meios de transporte aéreo e rodoviário;
- 11.36. Responsabilizar-se pelos prejuízos de perda, dano ou avaria da carga viva sob sua custódia, bem como, pelo pagamento do prêmio do seguro ao Contratante, em caso de sinistro com desaparecimento ou morte do animal;
- 11.37. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo Contratante, atendendo de imediato as reclamações;
- 11.38. Manter o Contratante sempre informado sobre os atrasos, alterações, cancelamentos ou qualquer outro fato relacionado ao transporte dos cães, que possa interferir nos horários de entrega ou coleta dos animais;
- 11.39. Verificar e responsabilizar-se pelo travamento e lacre da caixa de transporte no momento do embarque do animal, garantindo que os lacres serão apertados ao máximo possível, evitando folgas que permitam ao animal romper o lacre por dentro da caixa de transporte;
- 11.40. Encaminhar as Notas Fiscais/Faturas relativas aos serviços executados, com a devida documentação pertinente à comprovação dos valores cobrados pelas companhias aéreas;
- 11.41. Comunicar ao Contratante quaisquer fatos ou circunstâncias detectadas por seus empregados quando da execução dos serviços contratados, que prejudiquem ou possam vir a prejudicar a qualidade dos serviços ou comprometer a integridade física dos animais;
- 11.42. Controlar e responsabilizar-se pela disciplina e a apresentação pessoal dos seus empregados quando os mesmos estiverem dentro das instalações do Contratante, nos momentos da coleta e entrega da carga, garantindo que os mesmos estejam devidamente uniformizados e identificados;
- 11.43. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Termo, sem a prévia autorização do Contratante;

11.44. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados ou representantes, dolosa ou culposamente, à União ou a terceiros;

11.45. Informar ao Contratante os dados dos empregados que executarão os serviços de coleta e entrega do animal, os quais devem estar devidamente identificados.

11.46. Realizar os serviços em conformidade com as especificações constantes deste Termo e com as solicitações contidas nas ordens de serviço com o menor prazo de execução possível;

11.47. Envidar todos os esforços no sentido de promover os transportes no menor tempo possível, com o menor desgaste e estresse aos animais;

11.48. Deverá sempre apresentar as opções que apresentem o menor custo-benefício para atendimento das solicitações do Contratante;

11.49. Disponibilizar pessoal qualificado e devidamente identificado para realizar os serviços de coleta e entrega dos animais;

11.50. A Contratada deverá disponibilizar o meio de transporte adequado para os deslocamentos dos animais com conforto e segurança nos momentos das coletas e entregas;

11.51. Adotar, durante a realização dos serviços, todas as medidas relativas à segurança das pessoas e dos animais, observadas as legislações vigentes.

## 12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, apenas para os serviços de embarque, desembarque, coleta e entrega do animal nos locais onde a Contratada não possua sede, filial ou escritório, devendo a empresa subcontratada atender a todas as exigências e especificações definidas neste instrumento;

12.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

12.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

12.4. A licitante vencedora deverá subcontratar Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do art. 7º do Decreto nº 8.538, de 2015, no percentuais mínimo de 1% e máximo de 30%, atendidas as disposições dos subitens acima, bem como as seguintes regras:

12.4.1. as microempresas e as empresas de pequeno porte a serem subcontratadas deverão ser indicadas e qualificadas pelos licitantes no momento da apresentação das propostas, com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores;

12.4.2. no momento da habilitação e ao longo da vigência contratual, será apresentada a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;

12.4.3. a empresa contratada se comprometerá a substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

12.4.4. a exigência de subcontratação não será aplicável quando o licitante for:

12.4.4.1. microempresa ou empresa de pequeno porte;

12.4.4.2. consórcio composto em sua totalidade por microempresas e empresas de pequeno porte, respeitado o disposto no [art. 33 da Lei nº 8.666, de 1993](#); e

12.4.4.3. consórcio composto parcialmente por microempresas ou empresas de pequeno porte com participação igual ou superior ao percentual exigido de subcontratação.

12.4.5. Não se admite a exigência de subcontratação para o fornecimento de bens, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços acessórios.

12.4.6. Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

### 13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos no Contrato; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

### 14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

14.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

14.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

14.9. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

14.10. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.11. O Fiscal do Contrato e seu respectivo substituto serão indicados pelo SECAN e designados em portaria específica;

14.12. Ao Fiscal do Contrato ou ao seu Substituto reserva-se o direito de recusar-se a atestar a Nota Fiscal/Fatura se, no ato da apresentação, a execução do Contrato não estiver de acordo com o especificado no Edital e seus anexos;

14.13. Sem prejuízo da plena responsabilidade da empresa perante o Contratante, demais órgãos ou a terceiros, os serviços estarão sujeitos a mais ampla e restrita fiscalização, a qualquer hora e em todas as etapas, e a presença de servidor designado não diminuirá a responsabilidade da empresa na sua execução;

14.14. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal do Contrato ou seu substituto serão encaminhadas, por escrito, à autoridade superior, em tempo hábil, para adoção das imediatas medidas saneadoras.

## 15. RECEBIMENTO, ACEITE E ATESTO DO SERVIÇO

15.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

15.2. No prazo de até *5 dias corridos* do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

15.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

15.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

15.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

15.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

15.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo

fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

15.6. O recebimento dos serviços deverá ser efetuado por servidor devidamente autorizado, devendo ser observado:

15.6.1. Provisoriamente: pelo Fiscal do Contrato, responsável pela fiscalização e acompanhamento, em até 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento de 01 (uma) via da Nota Fiscal, acompanhada da documentação necessária exigida para o pagamento, com termo circunstanciado detalhando a documentação encaminhada;

15.6.1.1. Sendo constatada inconsistência em qualquer documentação, a Contratada é obrigada a corrigir, imprimir e remeter novamente ao Fiscal do Contrato, sem ônus ao Contratante, passando o prazo definido no item anterior a vigorar a partir dessa nova data;

15.6.1.2. Definitivamente: pelo Fiscal do Contrato, responsável pela fiscalização e acompanhamento, para fins de pagamento, após o decurso do prazo de análise que comprove a adequação do objeto nos termos contratuais, mediante o atesto da Nota Fiscal, em até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento provisório.

## 16. PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

16.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

16.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

16.4.1. o prazo de validade;

16.4.2. a data da emissão;

16.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

16.4.4. o período de prestação dos serviços;

16.4.5. o valor a pagar; e

16.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

16.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:



16.6.1. não produziu os resultados acordados;

16.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

16.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

16.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

16.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

16.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

16.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , SENDO:

EM = encargos moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela a ser paga.

I = índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado

$I = \frac{6}{100}$ , ou seja, 6% ao ano.

360

## 17. REAJUSTE

17.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

17.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice definido no Contrato pelo setor competente exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

17.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

17.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

17.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 18. GARANTIA DA EXECUÇÃO

18.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

18.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

18.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

18.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

18.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

18.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

18.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

18.4.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

18.4.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

18.4.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

18.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

18.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

18.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

18.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

18.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

18.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.

18.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

18.12. Será considerada extinta a garantia:

18.12.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

18.12.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

18.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

18.14. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

## 19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

19.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

19.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

19.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

19.1.5. cometer fraude fiscal.

19.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

19.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

19.2.2. Multa de:

19.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 4 (quatro) dias. Após o quarto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

19.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução dos serviços, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

19.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

19.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante dos quadros 1 e 2, abaixo; e

19.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

19.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

19.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

19.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

19.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.

19.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

19.3. As sanções previstas nos subitens 19.2.1, 19.2.3, 19.2.4 e 19.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

19.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

tabela 1

<b>GRAU</b>	<b>CORRESPONDÊNCIA</b>
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

tabela 2

<b>INFRAÇÃO</b>		
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>GRAU</b>
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>		
4	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
5	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03

19.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

19.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

19.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

19.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

19.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

19.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

19.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 20. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

20.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

20.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

20.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

20.3.1. Como comprovação da aptidão técnica as empresas licitantes deverão apresentar comprovante ou declaração de capacidade técnica informando que entregaram para entes públicos ou privados nacionais, com especificação detalhada da execução de serviço igual ou similar, contendo identificação do comprador,

em números que se somados resultem em pelo menos 20% (vinte por cento) da quantidade estabelecida para o objeto descrito no quadro 01 do item 01 deste Termo de Referência.

20.3.2. O licitante poderá apresentar tantos atestados de aptidão técnica quantos julgar necessários para comprovar que já forneceu objeto semelhante ao da licitação, destacando-se a necessidade desse (s) atestado (s) demonstrar (em) que o interessado forneceu anteriormente, pelo menos, o quantitativo solicitado no subitem anterior;

20.3.3. A exigência pela apresentação de atestados técnicos no percentual descrito faz-se necessário para resguardar a administração pública no sentido de garantir a execução do Contrato e consequentemente atender as demandas do Contratante, ressaltando-se que tal exigência não compromete a competitividade do certame;

20.3.4. Os atestados de capacidade técnico operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade principal ou secundária, especificados no contrato social vigente;

20.3.5. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;

20.3.6. O licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços;

20.3.7. A empresa licitante que ofertar menor lance deverá, também, apresentar a documentação complementar abaixo, além das demais exigências do Edital;

20.3.7.1. Comprovante de autorização de, no mínimo, 02 (duas) companhias aéreas concessionárias para comercialização de transporte aéreo de carga viva;

20.3.7.2. Declaração da licitante de que está apta a executar os serviços utilizando, no mínimo, 02 (duas) companhias aéreas brasileiras de âmbito nacional;

20.3.7.3. Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil, em garantia de perdas e danos sobrevivendo às cargas, conforme prevê o Art. 10 do Decreto nº 61.867/67.

20.4.1. O valor máximo admitido para o item 1 é de R\$ 1.930,50 (mil e novecentos e trinta reais, cinquenta centavos), conforme se verifica no quadro 1.

20.4.2. O valor estimado para o item 02 é de R\$ 2.080,20 (dois mil, oitenta reais e vinte centavos), conforme se verifica no quadro 1.

20.5. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

20.5.1. Valor Global: R\$ 252.674,10 (duzentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e setenta e quatro reais, dez centavos), conforme quadro 1.

20.6.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

20.7. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

20.8. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

## 21. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

21.1 O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo, constante do quadro 1, subitem 1.1, R\$ 252.674,10 (duzentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e setenta e quatro reais, dez centavos).

21.2 Tal valor foi obtido a partir dos seguintes cálculos:

21.2.1. Da estimativa do valor unitário do item 01:

21.2.1.1. O valor máximo admitido para o item 1 é de R\$ 1.930,50 (mil e novecentos e trinta reais, cinquenta centavos).

21.2.1.2. O preço máximo admitido para o item 1 foi determinado a partir da análise dos valores observados nas propostas comerciais, nos sítios governamentais "[paineldeprecos.planejamento.gov.br](http://paineldeprecos.planejamento.gov.br)" e [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) e dos valores praticados no Contrato 48/2015 – COAD/DLOG/PF, cujo objeto de contratação é o mesmo deste termo de referência.

21.2.1.3. A metodologia utilizada para se estimar esse montante está descrita no documento “Estudos preliminares” (SEI 9216207), tópico terceiro: "Diretrizes Específicas"..

21.3. Da estimativa do valor unitário do item 02

21.3.1. O valor estimado para o item 02 é de R\$ 2.080,20 (dois mil, oitenta reais e vinte centavos).

21.3.2. O item 02 não fará parte da disputa, devendo ser considerado esse valor estimado, conforme quadro 01 para efeito de proposta. Trata-se de valores variáveis ao longo da execução do Contrato, uma vez que dependerão do trecho e da companhia aérea escolhida para realização do transporte da carga viva.

21.3.3. Os valores relativos aos gastos com as companhias aéreas, no entanto, serão repassados integralmente à Contratada, de acordo com os documentos de comprovação dos valores cobrados, apresentados pela Contratada, juntamente com a apresentação da Nota Fiscal/Fatura.

21.3.4. A metodologia utilizada para se estimar esse montante está descrita no documento “Estudos preliminares” (SEI 9216207), tópico terceiro: "Diretrizes Específicas".

21.3.5. O Valor Global Máximo estimado previsto para a contratação é de R\$ 252.674,10 (duzentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e setenta e quatro reais, dez centavos).

## 22. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

22.1. A dotação orçamentária para presente contratação será apresentada no Edital.

## 23. DA COMPOSIÇÃO DO VALOR UNITÁRIO DO ITEM

23.1. Para composição do valor unitário do item 01, as empresas licitantes deverão considerar os valores dos seguintes serviços: coleta do animal no local de origem, entrega do animal no local de destino, o seguro do transporte, assim como, todas as despesas administrativas, encargos e tributos incidentes, lucro e demais despesas diretas e indiretas necessárias à execução do objeto deste Termo;

23.2. Visando eficácia do acompanhamento do Contrato relativa à cobrança dos serviços realmente efetivados, quando da apresentação da proposta final, a licitante vencedora deverá apresentar a composição do item 01, conforme discriminado no quadro 4 abaixo;

Quadro 4 – Composição e Detalhamento do item 1: Prestação de serviços de agenciador de Transporte Aéreo de Carga Viva (AVI) em âmbito nacional, no sistema “Porta a Porta”, de acordo com as especificações e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

Composição do valor unitário		Valor (r\$)



1	Valor da <b>coleta</b> de 01 (um) animal com peso variando entre 20 e 41 kg, transportado em caixa de transporte com peso cubado em torno de 88 kg	
2	Valor da <b>entrega</b> de 01 (um) animal com peso variando entre 20 e 41 kg, transportado em caixa de transporte com peso cubado em torno de 88 kg.	
3	Valor do seguro de 01 (um) animal, cujo valor para efeito de seguro é <b><u>R\$ 15.000,00.</u></b>	
4	Despesas administrativas, encargos e tributos incidentes, lucro e demais despesas diretas e indiretas por trecho.	

## 24. DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

24.1. A proposta deverá ser identificada com a razão social e encaminhada, preferencialmente em papel timbrado do licitante, contendo os seguintes itens:

24.1.1. Nome do representante legal da empresa;

24.1.2. Especificações detalhadas do serviço, quantidade e prazo de entrega;

24.1.3. Valores unitários, total de cada item e valor total da proposta, em moeda nacional, em algarismo e por extenso.

24.1.4. Havendo divergência entre o valor unitário e o total, prevalecerá o unitário, e entre o expresso em algarismo e por extenso, o último;

24.1.5. Prazo de vencimento da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias;

24.1.6. Dados bancários da empresa, tais como, número da conta-corrente, agência e nome do banco da mesma;

24.1.7. CNPJ, telefone/fac-smile, endereço de e-mail;

24.1.8. Garantia dos serviços, conforme descrito neste Termo;

24.2. Deverá, ainda, apresentar os seguintes documentos:

24.2.1. Declaração de que na proposta estão inclusos todos os custos, tributos e despesas necessárias ao cumprimento integral dos serviços ora licitados, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esses ou a qualquer título, posteriormente;

24.3. A apresentação da proposta implica a obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto nos seus termos;

24.4. A oferta deverá ser precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Termo de Referência, sem conter alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;

24.5. Não será permitida alteração da proposta após sua apresentação;

24.6. As propostas deverão ser apresentadas considerando-se o Valor Unitário do item 01, multiplicado pela quantidade de trechos estimados, de acordo com o modelo, apresentado no quadro 5:

Quadro 5: Empresa “Fulano de tal”. Proposta comercial para transporte de carga viva da Polícia Federal. Pregão “yyyy/2019”.

	Item	Descrição do objeto	Quantidade de trechos estimados para o período de 12 meses.	Valor Unitário por trecho	Valor Total
Grupo	1	Prestação dos serviços de agenciador de Transporte Aéreo de Carga Viva (AVI) em âmbito nacional, no sistema “porta a porta”, de acordo com as especificações e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.	63		
	2	Estimativa das tarifas e taxas nacionais das Companhias Aéreas.			
	2	Obs: este item não será objeto da disputa, devendo ser registrado na fase de lances o valor estimado nesta Tabela.	63	R\$ 2.080,20	R\$ 131.052,52
Valor Global Máximo					

## 25. DOS ANEXOS

25.1. São partes integrantes deste Termo de Referência os seguintes anexos:

25.1.1. Modelo de ordem de serviço, anexo 1 (SEI 9216396)

25.1.2. Tarifas da empresa Avianca, anexo 4 (SEI 9216512)

25.1.3. Tarifas da empresa Gollog, anexo 5 (SEI 9216528)



Documento assinado eletronicamente por **OSMAR RODRIGUES REGIS, Agente de Polícia Federal**, em 17/06/2019, às 08:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **11389214** e o código CRC **AFDCD190**.